

CAPÍTULO II

Da Colônia ao Subdesenvolvimento Industrializado*

O Brasil é o quarto país do mundo em extensão territorial contínua, o sexto em população e o décimo em produto nacional bruto. Estes dados já o situam entre os países econômica e politicamente importantes do mundo atual. Não é nem necessita ser o "Brasil potência" de alguns projetos autoritários, mas sem dúvida já é um país dotado de um peso significativo no quadro mundial. Além disso, a taxa de crescimento histórico de sua renda tem girado em torno de 7 por cento nas últimas décadas, o que revela uma economia fortemente dinâmica.

Já a taxa de crescimento da renda *per capita* não cresce de modo tão rápido quanto a renda total. Isto se deve ao fato de termos uma população crescendo a pouco menos de 3% ao ano, taxa esta bastante alta. Esta taxa deve ser deduzida da taxa de crescimento da renda total, obtendo-se, assim, a taxa de crescimento por habitante. Por outro lado, não só a renda *per capita* não cresce a taxas consideráveis, como também seu nível é baixo. Em outras palavras isto significa baixa produ-
ti-

* Este artigo baseia-se em conferência pronunciada no 3º Congresso Latino-Americano dos Organismos Católicos de Migrações, realizado em São Paulo, em julho de 1978. Agradeço a Vivianne Osterreicher pelo trabalho editorial realizado.

vidade, uma vez que, se imaginarmos a população do país como mais ou menos proporcional ao número de trabalhadores, a produção por trabalhador será proporcional à renda *per capita*.

Esta baixa produtividade constitui-se em uma das características essenciais do subdesenvolvimento brasileiro. Outra característica é a existência de desequilíbrios estruturais muito profundos em nossa economia. Estes desequilíbrios são consequência de diferenças entre grupos sociais e entre regiões. Principalmente entre as classes sociais essas diferenças são muito marcantes e se refletem, entre outros indicadores, numa distribuição de renda das mais desiguais do mundo. A distribuição regional da renda também é muito desigual. Por outro lado, ao mesmo tempo em que existe um setor bastante dinâmico ou moderno na economia, responsável pela geração de altos lucros e altos ordenados, lucros dos capitalistas e ordenados dos tecnoburocratas, existe também um setor tradicional onde uma imensa massa da população vive a nível de subexistência, recebendo salários muito baixos. Estes três desequilíbrios somados à baixa produtividade transformam o Brasil num país subdesenvolvido, um país dinâmico mas subdesenvolvido.

As classes sociais

O Brasil é um país capitalista; possui uma formação social basicamente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática, ou crescentemente estatizada. Em outras palavras, podemos definir a formação social brasileira como sendo uma forma de capitalismo de Estado, ou seja, o capitalismo tecnoburocrático. Ele se constitui num sistema social e político em que o modo de produção dominante é o capitalista. Isto significa que a forma dominante de organizar a produção é através da propriedade privada dos meios de produção pela classe capitalista, e também através da obtenção de lucros, da obtenção de mais-valia através dos mecanismos de mercado, em benefício dessa classe capitalista. Apropriando-se do excedente econômico a classe capitalista ou burguesa é a classe dominante. Abrange desde os pequenos proprietários, que não precisam mais trabalhar diretamente na produção para acumular e con-

sumir, e os pequenos rentistas até os grandes empresários e os grandes rentistas.

Além desta burguesia temos um outro grupo emergente, que defino como classe social: a classe tecnoburocrática. É a classe dos gerentes, dos técnicos, dos engenheiros, dos administradores, dos economistas, de todos que trabalham por um ordenado em organizações burocráticas. Estas podem ser o próprio Estado ou organizações privadas; podem constituir-se em fundações, empresas, Igrejas, associações, repartições, quartéis.

A classe tecnoburocrática é uma classe crescente no Brasil. Os tecnoburocratas planejam e coordenam a produção, produzem e divulgam a ideologia do sistema, legitimam a ordem e mesmo a revolução. Não trabalham diretamente na produção. O trabalho direto cabe à classe trabalhadora, que atua na agricultura, na indústria, no comércio ou nos serviços.

São estas as classes que constituem a formação social brasileira; e aqui definimos classe em termos de inserção nas relações de produção. Classe é um grupo social que se define em função da forma pela qual seus componentes participam ou se inserem nas relações de produção de uma sociedade. Desta forma, no modo de produção capitalista puro temos somente duas classes sociais: os capitalistas e os trabalhadores. Da mesma maneira, no modo de produção feudal tínhamos também duas classes sociais: os senhores feudais e os servos. A nossa formação social já não é mais puramente capitalista, tendo agora várias características de um modo estatal ou tecnoburocrático de produção. Na União Soviética esse novo modo de produção já é dominante. A URSS só tem duas classes: a classe dos tecnoburocratas, dominante, e a classe dos trabalhadores.

No Brasil temos três classes sociais, assim como nos Estados Unidos, na França etc. . . Temos, além da classe capitalista e da classe dos trabalhadores, a classe tecnoburocrática em emergência, que se torna cada vez mais importante, tendo inclusive nos últimos anos assumido, através principalmente do exército, parte do domínio político do País.

Vimos, então, que, basicamente, a economia do Brasil é subdesenvolvida, porque possui baixa renda por habitante,

porque é desintegrada, desequilibrada, e porque possui uma distribuição de renda muito desigual, sendo que capitalistas e tecnoburocratas recebem altos rendimentos na forma de lucros e ordenados, enquanto aos trabalhadores cabe a menor parcela da renda, na forma de salários. Mas, quais os motivos que levaram o Brasil a esta condição de subdesenvolvido? Quais os fatos que levaram à definição de um modelo de subdesenvolvimento industrializado, pois, contraditoriamente, o Brasil é industrializado e subdesenvolvido ao mesmo tempo?

O período colonial

Para entendermos estas questões faremos uma rápida incursão na história do Brasil, buscando as origens do nosso subdesenvolvimento atual no remoto período colonial, quando o Brasil se inseria no sistema mercantilista europeu. O mercantilismo foi a etapa intermediária entre o feudalismo e o capitalismo, quando o primeiro já estava em franco processo de decadência e o capitalismo não era ainda plenamente dominante. O mercantilismo foi também o período da Revolução Comercial, de cujo processo faz parte o próprio descobrimento do Brasil.

O mercantilismo estabeleceu durante o século XVI dois tipos de colonização: a colonização de benfeitoria ou de enclave comercial, que se realizou principalmente na Ásia e na África, e a colonização de exploração mercantil, que se verificou no Brasil e na América Latina de um modo geral.

Posteriormente, caracterizou-se um terceiro tipo de colonização, a de povoamento, que não ocorreu no Brasil. A colônia de povoamento foi especificamente a forma de colonização do norte dos EUA, para onde os europeus emigravam não por motivação mercantil, mas por semelhanças de clima e solo e por motivos econômicos, políticos e religiosos que determinaram a evasão de grande número de pessoas, principalmente da Inglaterra, para esta região.

A colonização de benfeitoria verificou-se naquelas regiões da África e, principalmente, da Ásia, onde havia uma civilização organizada no aspecto produtivo, havendo, inclusive,

uma certa produção artesanal de manufaturados. Em outras palavras, produzia-se sistematicamente em excedente.

Já nas colônias de exploração foi necessário que os europeus organizassem uma produção mercantil, baseada em latifúndios, com utilização de mão-de-obra principalmente escrava e de tecnologia bastante simples, importando desde já em baixa produtividade e eficiência. A mão-de-obra não era especializada, sendo controlada por uma elite de imigrantes portugueses que, sempre que possível, voltavam enriquecidos para Portugal.

Examinando este tipo de colonização que ocorreu até à Independência, verificamos que foi não só predatória, uma vez que era a metrópole que tinha o monopólio da comercialização, estabelecendo preços e forçando a transferência da maior parte do excedente econômico, como também foi responsável pelas bases de uma sociedade desigual, formada por uma pequena elite de latifundiários, por uma oligarquia agrária de senhores de terra e por uma massa de trabalhadores não especializados, constituída em grande parte por escravos.

O quadro social e econômico que se formou difere completamente do criado por uma colônia de povoamento, como na Nova Inglaterra, onde realmente se reproduziu uma sociedade semelhante à inglesa, com o mesmo tipo de composição social, de propriedade e de produção. A colonização mercantilista estabelece as bases para o subdesenvolvimento brasileiro.

O modelo primário-exportador

Após a Independência, a Inglaterra sucedeu Portugal como nossa metrópole econômica, muito embora esse domínio já se dê com um pouco mais de dificuldade, dado o grau de autonomia política das oligarquias locais, que agora se desdobram em dois setores interligados: o velho grupo dos latifundiários e o novo grupo de comerciantes que surgem com o fim do monopólio comercial.

A Inglaterra, para impor seus interesses, estabelece um pacto com estas oligarquias agrário-mercantis locais que prevaleceu até mais ou menos 1930. A estrutura social não passou

por alterações significativas. O café foi introduzido a partir de 1830, aproximadamente, no sul do país e já em 1850 se constitui no grande produto de exportação do Brasil. O pólo de desenvolvimento econômico do País passa a ser a região Sul, sucedendo ao Nordeste que, até então, era economicamente mais importante.

Neste período, porém, tivemos realmente um processo de desenvolvimento muito modesto. Ele seria caracterizado mais tarde como modelo primário-exportador, e, a nível mundial, se inseriu no período da divisão internacional do trabalho e do auge do capitalismo industrial, que na Europa e nos Estados Unidos se desenvolvia à base de trabalho assalariado, da acumulação sistemática de capital e da necessária incorporação de progresso técnico. Nesses países a extração de mais-valia dos trabalhadores assalariados já ocorria no próprio processo produtivo, uma vez que o trabalho passa a ser tratado como mercadoria, cujo preço é o salário. Era o contrário do que ocorria no capitalismo ou, mais precisamente, no pré-capitalismo mercantil, quando a extração da mais-valia se baseava na acumulação primitiva, ou seja, na especulação, no comércio, a longa distância, no monopólio, na expropriação dos camponeses, na colonização, na escravidão colonial, sempre em formas violentas ou autoritárias de extração do excedente. Com a revolução industrial e o advento do modo especificamente capitalista de produção ocorre a divisão internacional do trabalho, organizando-se a produção de produtos primários, alimentos e matérias-primas nos países anteriormente sujeitos à colonização mercantil. O atraso provocado por aquela colonização facilitará aos países centrais, agora transformados em potências imperialistas industriais, situar e manter os países periféricos como primário-exportadores.

Com a produção do café inserimo-nos nesta divisão internacional de trabalho. Foi o café que se constituirá na base do desenvolvimento brasileiro neste período, propiciando aumentos da renda total e *per capita*. Esta última manteve-se, entre 1750 e 1850, estagnada ou até decresceu. Por volta de 1850 situava-se em torno de 100 dólares anuais.

O crescimento da renda proporcionou, entre outras coisas, a entrada de imigrantes europeus, vindos da Itália principalmente, suprimindo a falta de mão-de-obra para a lavoura

cafeeira que se acentuara sobretudo por causa das limitações impostas ao comércio de escravos. Proporcionou também a formação de um certo mercado interno, pois, até então, a economia brasileira estava baseada no latifúndio que determinava um tipo de atividade econômica fechado e auto-suficiente, com produção para seu próprio consumo. Desta forma, o mercado brasileiro consumia apenas bens de luxo, importados pelas classes dominantes. Não havia um mercado interno que propiciasse a instalação de uma indústria no Brasil. Com o café, porém, começam a se desenvolver centros urbanos e uma população assalariada, formando-se uma base para o desenvolvimento industrial.

O café foi, ainda, responsável pelo estabelecimento de toda uma infra-estrutura, de energia, de transportes, instalada principalmente na região Sul.

Todavia, a oligarquia cafeeira tinha, ainda, uma mentalidade tipicamente mercantil, uma visão especulativa que contrastava com a atuação dos capitalistas industriais dos países centrais, preocupados com eficiência, produtividade, competição no sentido de reduzir custos e aumentar lucros, o que é típico do capitalismo industrial. Devido a esta característica mercantil, a burguesia cafeeira não se interessava pela introdução de novas técnicas de produção. Em todo este período não houve nenhum desenvolvimento tecnológico na produção, sendo que as técnicas empregadas em 1850 continuavam, praticamente, as mesmas em 1930.

Através do modo pelo qual se realizava a formação das fazendas de café se podem definir as características peculiares do tipo de desenvolvimento ocorrido neste período. Estas fazendas eram abertas quase sem necessidade de capital, uma vez que havia abundância de terras, das quais os fazendeiros, que controlavam o aparelho do Estado, se apoderavam de graça, ou quase. Estas terras eram cultivadas por trabalhadores não assalariados, primeiramente escravos e depois emigrantes europeus. Nas terras não exploradas chegaram estes trabalhadores, que derrubavam as matas e preparavam roças, seja como posseiros seja já como colonos. Permaneciam depois como colonos, trabalhando na plantação do café e em suas roças, nas quais, em dois ou três dias por semana, produziam para auto-consumo. No restante do tempo acumulavam capital gratuita-

mente para os latifundiários, desmatando, destocando, arando, abrindo estradas, construindo terreiros, plantando o café e cuidando dele até que chegasse o momento da produção. Quando já havia produção, aí então os colonos passavam a receber alguma remuneração.

Com isto, sem quase nada pagar pela terra e pelo trabalho, o fazendeiro acumulava capital, podia formar toda a plantação. Celso Furtado fez um estudo a respeito deste processo, segundo o qual apenas 10% da acumulação do capital, do investimento que se fazia na fazenda, eram originários de poupança anterior. Os outros 90% eram acumulados a partir de trabalho não remunerado. Era uma forma de acumulação primitiva de capital, de acumulação típica do período mercantil, que se realizava fora do mercado, assim como do sistema monetário, sem pagamento de salários, o que sem dúvida permitiu que o capital, assim como a terra e o trabalho, se constituíssem em fatores de produção muito baratos. E deste modo não havia nenhuma preocupação com a produtividade, o que demonstra quão diferente era a burguesia agrário-mercantil brasileira comparada às classes capitalistas dos países que se industrializavam.

Neste período, definiram-se basicamente duas classes sociais. De um lado, a classe dominante burguesa, que denominamos oligarquia agrário-mercantil, constituída de proprietários de terras, de fazendeiros de café e de comerciantes que se dedicavam principalmente à importação e exportação nos portos do Rio de Janeiro, de Santos, Salvador e Recife. Era uma burguesia mercantil com pretensões à aristocracia, uma vez que nunca tinham sido perfeitamente capitalistas. De outro lado, existia uma grande massa de trabalhadores rurais, que na maior parte se constituíam de escravos. Entre 1880 e 1890, ganhou impulso um processo de industrialização significativo ainda que de pequenas proporções. Foi quando se estabeleceram, pela primeira vez de modo sistemático, as indústrias têxteis. Anteriormente, houvera principalmente as tentativas, entre 1850 e 1860, empreendidas pelo Barão de Mauá.

De fato, todas as iniciativas anteriores visando à industrialização fracassaram não apenas devido ao baixo nível de acumulação existente mas também porque tanto o imperialismo inglês quanto a oligarquia agrário-mercantil local não

tinham interesse nela. O fracasso dos empreendimentos de Mauá, por exemplo, foi típica demonstração de um grande complô entre o imperialismo e a oligarquia sua associada contra a industrialização brasileira. Porém, à medida que se formava um mercado interno e se acumulava capital no país criavam-se condições para o surgimento de indústrias, o que passou a ocorrer, sistematicamente, em fins do século passado.

Estas indústrias surgiram inicialmente no Rio de Janeiro e no Nordeste. À medida que o centro de produção do café se transferiu para São Paulo, as indústrias também se desenvolveram, e, por volta de 1900, São Paulo já liderava o processo de industrialização no Brasil. As indústrias que se instalam são tradicionais: tecidos, alimentos, móveis.

Populismo e substituição de importações

Apesar da intensificação deste processo, o setor industrial era fraco, débil, sendo que a classe dominante no país ainda era, plenamente, a oligarquia agrário-mercantil. Só com a Revolução de 1930 ocorreram modificações importantes; ela aconteceu exatamente durante a crise do imperialismo que se inicia com a "quebra" da Bolsa de Nova York em 1929 e se estende por mais dez anos.

Os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha entram em grande depressão econômica. A renda, nos EUA e na Inglaterra, cai à metade do que era nos anos anteriores. O desemprego é brutal e estas economias se desorganizam profundamente. Os seus efeitos se refletem no Brasil, uma vez que dependíamos das exportações realizadas aos países centrais, sendo que o preço do café decresceu para, mais ou menos, 1/3 do anterior. Todavia, dada a existência de um mercado interno e devido à necessidade de substituir os produtos importados anteriormente, a industrialização ganha impulso e passa a se desenvolver muito rapidamente.

Com a Revolução de 30, a oligarquia agrário-mercantil ligada ao café deixa de ser hegemônica, estabelecendo-se, então, um novo pacto político, formulado fundamentalmente por Getúlio Vargas, que hoje podemos denominar de pacto

populista. Deste pacto participavam as classes ligadas à industrialização, ou seja, a burguesia industrial e os operários urbanos; participavam também as camadas médias urbanas que, posteriormente, deram origem à tecnoburocracia. Os militares, que faziam parte destas camadas, tiveram participação acentuada na revolução, e já começava a se constituir uma elite de funcionários públicos importante ao nível do Estado. Além destas três classes, alguns setores da antiga oligarquia agrário-mercantil estavam também presentes neste pacto populista. O setor cafeeiro da oligarquia, dominante até 30, foi fortemente hostilizado por Getúlio Vargas, que procurou e conseguiu dividir a oligarquia estimulando e apoiando suas diversas frações fora de São Paulo.

O Estado cresce de modo extraordinário, tendência que se acentua a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo. E quando este termina, em 1945, Getúlio Vargas criou dois partidos, o PTB, cujas bases eram populares, e o PSD, que, apesar de "social-democrático", era um partido bastante conservador. Vargas estimulou a criação desses partidos justamente para que se viabilizasse o pacto político populista que, apesar de bastante confuso, irá vigorar no Brasil até 1961 quando termina o governo de Juscelino Kubitschek.

Durante todo o período populista foi evidente o apoio dado pelo Estado à industrialização, inclusive subsidiando-a ou criando processos de transferência de renda que a favoreciam. Quem arcou com esta transferência foi a antiga oligarquia agrário-mercantil, principalmente a ligada ao café, pois as exportações deste produto estavam sujeitas a um confisco cambial transferido pelo Estado às indústrias.

No populismo, devido à participação dos trabalhadores, foi desenvolvida toda uma legislação trabalhista que concedeu certas vantagens econômicas a esta classe, muito embora se apresentasse também como uma forma de ordenar e garantir um mercado de trabalho estável. Os trabalhadores rurais foram completamente excluídos deste processo, pois Getúlio Vargas os considerava politicamente sem importância.

A burguesia industrial foi, porém, a grande beneficiária do período, obtendo grandes lucros e contando com apoio crescente do Estado, cuja atuação visava facilitar o processo de acumulação de capital. No plano econômico definiu-se, então,

o modelo de substituição de importações, nosso equivalente de Revolução Industrial.

O modelo de substituição de importações desenvolveu-se sempre graças ao estímulo do estrangulamento externo, da permanente falta de divisas que dificultava a importação de manufaturados. A promulgação de uma lei de tarifas, impedindo a importação de bens que tivesse similar nacional, só ocorre no fim do período, em 1958. O tipo de indústrias que primeiramente foram instaladas era de bens de consumo simples, como no período pré-Revolução de 1930. À medida que o processo se aprofundou, a substituição de importações penetrou em setores cada vez mais complexos: bens de consumo duráveis, como os automóveis, cuja fabricação se iniciou já na segunda metade dos anos 50, e bens de capital avançados, com a implantação da indústria siderúrgica nos anos 40 e da indústria petroquímica nos anos 50.

A reformulação do pacto político

Porém, no fim da década de 50, o pacto populista, em seu aspecto político, perdia condições de vigência, devido à reestruturação da própria classe dominante, base política deste pacto. Esta classe dominante era formada não só pela burguesia industrial, mas também pela velha oligarquia agrário-mercantil, que durante muito tempo se opôs ao avanço da industrialização, com teses de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, que a indústria no Brasil era artificial etc. O próprio pacto político instituído por Getúlio afastava esta oligarquia do sistema econômico, transferindo parte da renda auferida com a exportação de produtos agrícolas para o setor industrial e para o Estado. Com o governo de J. Kubitschek, todavia, apresentam-se condições para a integração da burguesia, por dois motivos essenciais. Primeiro porque ocorria um considerável avanço industrial, e agora continuar a apresentar o Brasil como país essencialmente agrícola era causa de riso. Era evidente que o País já contava com uma indústria considerável.

Por outro lado, novamente o setor cafeeiro passava por grande depressão. O preço do café no mercado internacional

tinha caído bastante a partir de 1954, obrigando à redução do confisco cambial sobre o produto. O Estado já interferia em sua produção, financiando novas plantações, erradicando as antigas etc., o que contribuía para o enfraquecimento da oligarquia agrário-mercantil, que passou a aceitar, como dominante, a burguesia industrial.

Contribuiu também para esta reunificação a própria presença das empresas multinacionais, que no final dos anos 50 se instalaram no Brasil, fabricando eletrodomésticos, automóveis, produtos farmacêuticos etc. . . Estas empresas rapidamente se aliaram à burguesia industrial local, que se tornou sua fornecedora e associada.

O quadro de alterações torna-se completo com a própria situação dos trabalhadores que, durante a década de 50, foram ganhando autonomia sindical, apesar da tutela que o Estado, desde os anos 30, exercia sobre eles. Formaram-se pactos de unidade sindical, aumentou o número de greves, e a burguesia começou a se preocupar. A revolução cubana, em 1959, surgiu como um derradeiro aviso à burguesia que, a partir desse momento, definitivamente se une, excluindo os trabalhadores do pacto. Foi o fim do populismo.

João Goulart tentou restabelecer este pacto, mas obviamente não o conseguiu. Setores de esquerda e de direita começaram a se radicalizar; a união PTB-PSD perdia sentido. Enfim, havia um vazio de poder no Brasil. Estava deflagrada uma crise que teve seu desfecho na Revolução de 1964.

Foi a Revolução que determinou a formação de um novo pacto político, com a participação preponderante dos militares no processo político, contando com o apoio da burguesia local e das empresas multinacionais. A Revolução de 1964 determinou também profundas modificações na formação social brasileira, com a afirmação crescente da tecnoburocracia como classe. E o pacto político que se formou, entre a tecnoburocracia, a burguesia local e as empresas multinacionais, excluiu completamente a participação dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais e de setores da Igreja.

O Estado, que já no populismo se fortalecera, tornou-se ainda mais relevante, passando a intervir diretamente na orientação econômica do país e multiplicando sua presença no

próprio setor produtivo. Neste setor também aumenta consideravelmente a presença das multinacionais, cabendo à própria burguesia local uma atuação menos importante, em atividades secundárias do processo produtivo. Define-se a partir daí um novo modelo de desenvolvimento, que podemos denominar modelo de subdesenvolvimento industrializado.

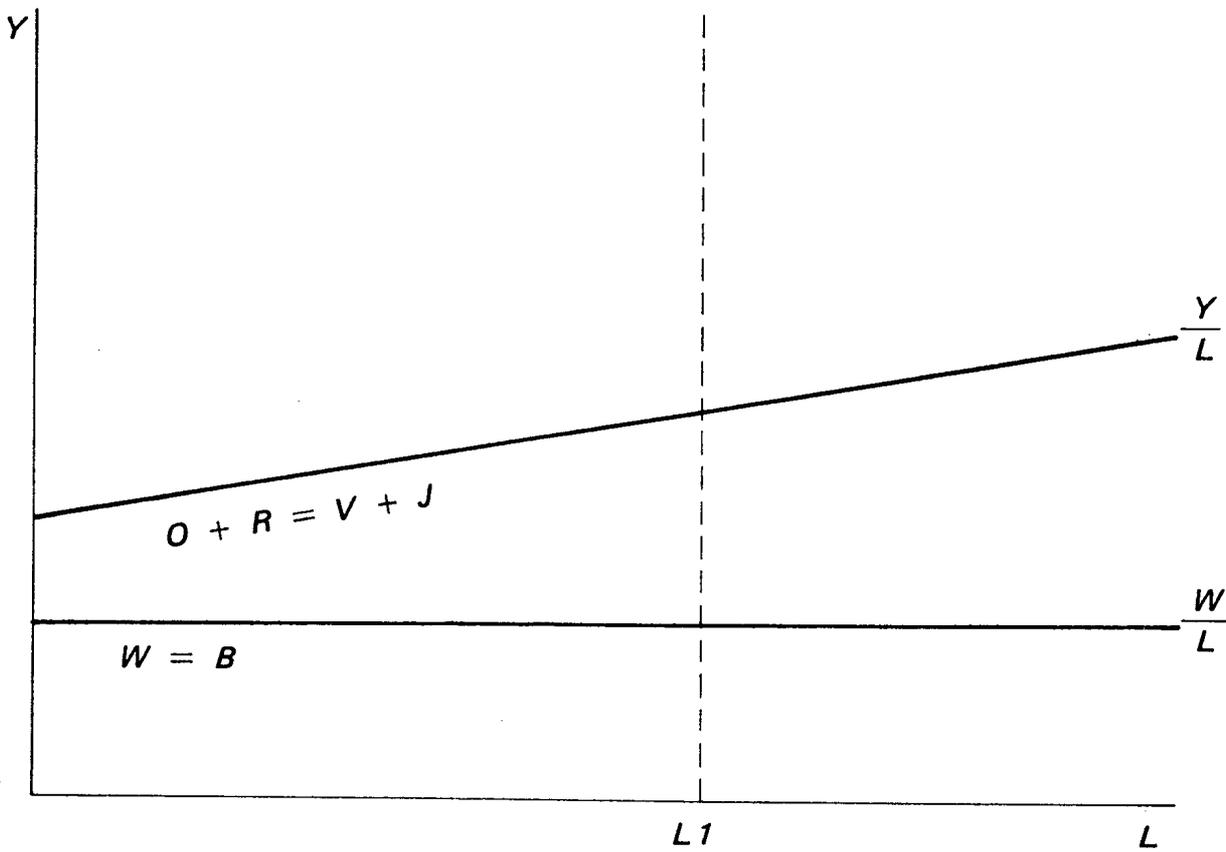
O modelo de subdesenvolvimento industrializado

O modelo de subdesenvolvimento industrializado já começou a se definir em meados dos anos cinqüenta, no final do processo de substituição de importações. A entrada das empresas multinacionais, produzindo bens de consumo de luxo, em particular automóveis, é um marco econômico fundamental. O desenvolvimento do Estado produtor e financiador da acumulação privada, que se acelera nos anos cinqüenta, é outro fator econômico fundamental da definição de um novo modelo. No plano político, o acontecimento mais decisivo dos anos cinqüenta é a morte de Getúlio Vargas e a dramática carta testamento que ele lega ao país. Mas nesse plano político a transformação só se completaria com a Revolução de 1964. Durante um certo período, enquanto a base econômica da sociedade continuava a avançar, a superestrutura política não se alterava correspondentemente.

O modelo de subdesenvolvimento industrializado, caracterizado pela presença de um Estado forte, autoritário, associado a empresas multinacionais também fortes e à burguesia local, será responsável por um implacável processo de concentração de renda, ao mesmo tempo que continua acelerado o processo capitalista de acumulação e incorporação de progresso técnico. A concentração da renda é facilitada pela exclusão política dos trabalhadores a partir de 1964. O Estado autoritário garante o pagamento de salários baixíssimos aos trabalhadores, possibilitando assim que os lucros e ordenados dos capitalistas e tecnoburocratas cresçam de forma acelerada.

O produto, que pode ser dividido em bens de consumo simples ou dos trabalhadores, B, bens de consumo de luxo, V, e bens de capital, J, irá crescer rapidamente, tendo como setores dinâmicos os dois últimos. A demanda para esses

GRÁFICO I



MATRIZ I

		DEMANDA		
		Salários <i>W</i>	Ordenados <i>O</i>	Lucros <i>R</i>
OFERTA	Bens de consumo simples <i>B</i>	Consumo de bens pelos trabalhadores		
	Bens de consumo de luxo <i>V</i>		Consumo de bens de luxo	Consumo de bens de luxo
	Bens de Capital <i>J</i>			Investimentos

setores é assegurada através do crescimento não apenas dos lucros, R , mas também dos ordenados dos tecnoburocratas, O . Ocorre, assim, a compatibilização entre a concentração da renda, expressa pelo aumento da relação entre lucros mais ordenados sobre salários, e o aumento da produção de bens de consumo de luxo e de bens de capital. O Gráfico I e a Matriz I expressam com clareza esse processo. O Gráfico I mostra como, dada uma taxa de salário constante, W/L , em que L é o emprego, à medida que cresce a renda vai crescendo o total de salários e ordenados. A Matriz I mostra como a produção de bens de consumo simples depende da demanda originada nos salários dos trabalhadores, enquanto a produção de bens de consumo de luxo e bens de capital depende da demanda derivada dos ordenados dos tecnoburocratas e dos lucros dos capitalistas. Mostra também como a economia pode manter-se dinâmica, aumentando a produção de bens de luxo e bens de capital, ao mesmo tempo que a taxa de salários permanece estagnada.

A compatibilização entre uma demanda agregada sustentada e um forte processo de concentração de renda é garantida adicionalmente do lado de a economia voltar-se novamente para fora, para as exportações. Enquanto o modelo de substituição de importações fora um modelo de desenvolvimento para dentro, dá-se o inverso no de subdesenvolvimento industrializado. A exportação de bens de consumo dos trabalhadores — bens agrícolas e bens manufaturados de indústrias trabalho-intensivas — e a importação de bens de capital e consumos básicos é o mecanismo através do qual se completa essa compatibilização entre o equilíbrio das ofertas e da demanda agregada com a concentração da renda.

Este modelo de subdesenvolvimento industrializado tem início nos anos 50. Sua primeira crise econômica e política ocorre entre 1961 e 1966, estabelecendo-se em consequência um novo pacto político mais consentâneo com a base econômica estabelecida anteriormente. A segunda iniciou-se em 1974. Novamente é uma crise econômica e política cujo desfecho não foi ainda atingido.